

500 QUESTÕES

ALE-RR

TÉCNICO LEGISLATIVO – ASSISTENTE LEGISLATIVO



CADERNO DE TREINAMENTO



QUESTÕES GABARITADAS



DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO**.

× Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



ALE-RR

*500 Questões Gabaritadas
Técnico Legislativo – Assistente Legislativo*

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	59

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	29

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	25

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	25

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	25

NOÇÕES DE PROCESSO LEGISLATIVO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	23

SUMÁRIO



NOÇÕES DE LEGÍSTICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO.....	22

SUMÁRIO

**1. (FCC - 2022)**

Atenção: Para responder à questão, baseie-se no texto abaixo.

O rio de minha terra é um deus estranho.

Ele tem braços, dentes, corpo, coração,

muitas vezes homicida,

foi ele quem levou o meu irmão.

É muito calmo o rio de minha terra.

Suas águas são feitas de argila e de mistérios.

Nas solidões das noites

enluaradas

a maldição de Crispim desce

sobre as águas

encrespadas.

O rio de minha terra é um deus estranho.

Um dia ele deixou o monótono caminhar de corpo mole

para subir as poucas rampas do seu cais.

Foi conhecendo o movimento da cidade,

a pobreza residente nas taperas marginais.

Pois tão irado e tão potente fez-se o rio

que todo um povo se juntou para enfrentá-lo.

Mas ele prosseguiu indiferente,

carregando no seu dorso bois e gente,

até roçados de arroz e de feijão.

Na sua obstinada e galopante caminhada,

destruiu paredes, casas, barricadas,

deixando no percurso mágoa e dor.

Depois subiu os degraus da igreja santa

e postou-se horas sob os pés do Criador.

E desceu devagarinho, até deitar-se

novamente no seu leito.

Mas toda noite o seu olhar de rio

fica boiando sob as luzes da cidade.

(Adaptado de: MORAES, Herculano. O rio da minha terra. Disponível em: <https://www.escritas.org>)

Considerado no contexto do poema, o prefixo “en-”, constituinte de “enluaradas” e “encrespadas”, apresenta, respectivamente, efeito semântico semelhante nas palavras:

**1. (FCC - 2025)**

Consoante a Constituição Federal de 1988, os Tratados sobre Direitos Humanos

- (A) não poderão ser equivalentes às emendas constitucionais, pois nenhum Tratado ou Convenção Internacional poderá possuir o mesmo status da Constituição Federal.
- (B) assinados pelo Presidente da República, sem a necessidade de sua aprovação pelo Congresso Nacional, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- (C) serão equivalentes às leis infraconstitucionais se aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- (D) serão equivalentes às emendas constitucionais se aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em três turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros.
- (E) serão equivalentes às emendas constitucionais se aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

2. (FCC - 2025)

Solange é proprietária de um imóvel urbano, onde reside. Em caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de referida propriedade particular,

- (A) assegurada a Solange justa e prévia indenização em títulos da dívida pública, independentemente de dano.
- (B) assegurada a Solange justa e prévia indenização em dinheiro, independentemente de dano.
- (C) assegurada a Solange indenização ulterior, independentemente de dano.
- (D) não assegurada indenização a Solange, ainda que haja dano.
- (E) assegurada a Solange indenização ulterior, se houver dano.

3. (FCC - 2024)

NÃO se trata de direito individual e coletivo previsto na Constituição Federal:

- (A) O civilmente identificado será submetido à identificação criminal, para garantia do devido processo legal.
- (B) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente.
- (C) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- (D) O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.
- (E) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.



1. (FCC - 2022)

O regime jurídico administrativo é o conjunto de traços, de conotações, que tipificam o Direito Administrativo, colocando a Administração Pública numa posição privilegiada, vertical, na relação jurídico-administrativa, no dizer da jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro (Direito Administrativo, 32.ed., item 3.2).

Tal regime é aplicável

- (A) apenas no âmbito do Poder Executivo.
- (B) em todos os Poderes da União, mas apenas nos Poderes Executivos estaduais e municipais.
- (C) na Administração Indireta, mas apenas nas entidades de natureza autárquica.
- (D) excepcionalmente e de forma não exclusiva, nas empresas estatais.
- (E) somente no exercício do poder de polícia administrativa.

2. (FCC - 2022)

Está dentre os princípios que regem as licitações e constam do artigo 37 da Constituição Federal de 1988 o princípio da

- (A) motivação.
- (B) economicidade.
- (C) moralidade.
- (D) segurança jurídica.
- (E) celeridade.

3. (FCC - 2022)

No que diz respeito ao princípio da autotutela, é **correto** afirmar:

- (A) A Administração pode revogar seus próprios atos por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos. Contudo, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, somente o Poder Judiciário poderá anulá-los, quando provocado.
- (B) Somente o Poder Judiciário pode revogar ou anular os atos da Administração pública, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- (C) A Administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou anulá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, independente da observância acerca de eventuais direitos adquiridos.
- (D) A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- (E) A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, mantidos, contudo, os direitos que deles se originaram, em obediência ao princípio da segurança jurídica. A revogação por motivo de conveniência ou oportunidade, caberá apenas ao Poder Judiciário, a fim de que sejam respeitados os direitos adquiridos.



1. (FCC - 2025)

No que concerne aos tipos de orçamento público apontados pela doutrina, tem-se, que ao adotar a opção de um orçamento do tipo base zero,

- (A) verifica-se um significativo aumento das despesas discricionárias, na medida em que tal modelo importa a desvinculação total de receitas com destinação específica.
- (B) passa a ser obrigatória a prévia submissão da proposta orçamentária à participação popular, mediante consulta pública, sob pena de nulidade.
- (C) assume-se o compromisso de equilíbrio orçamentário, não sendo admissível previsão ou a ocorrência de déficit ao final do exercício.
- (D) abandona-se a abordagem incremental, deixando de considerar como base da orçamentação o histórico de receitas e despesas de exercícios anteriores
- (E) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) perde a sua funcionalidade, na medida em que a Lei Orçamentária Anual passa a ser desvinculada de metas ou parâmetros fixados na LDO.

2. (FCC - 2025)

O orçamento que possui como característica a apresentação da alocação de recursos para atingir objetivos e metas e, embora não citado expressamente, reflete preceitos da Lei no 4.320/1964 ao mencionar sobre o programa de trabalho de um Governo é o

- (A) Orçamento-Programa.
- (B) Orçamento Tradicional.
- (C) Orçamento Base-Zero.
- (D) Orçamento Participativo.
- (E) Orçamento incremental.

3. (FCC - 2024)

Considere as seguintes técnicas orçamentárias e descrições:

Técnicas Orçamentárias	Descrições
I. Orçamento base-zero. II. Orçamento de desempenho. III. Orçamento participativo.	1- Questiona todas as despesas, ainda que não ultrapassem limites. 2- Propicia mecanismos para aferição de resultados. 3- Busca maior contribuição da sociedade na elaboração.

Representa a associação entre técnicas e descrições:



1. (FCC - 2021)

Constitui característica convergente entre a gestão pública e a gestão privada:

- (A) atividade regida por recursos oriundos de contribuições compulsórias dos cidadãos e empresas, que devem ser direcionados para a prestação do serviço público e do bem comum.
- (B) subordinação à supremacia do interesse público e à obrigação da continuidade da prestação do serviço.
- (C) possibilidade de fazer tudo aquilo que não estiver proibido por lei.
- (D) busca pelo lucro financeiro e por formas de garantir a sustentabilidade do negócio.
- (E) preocupação com a produtividade, eficiência, eficácia e efetividade de suas ações.

2. (FCC - 2022)

Embora a ciência da administração se funde em conhecimentos comuns, é necessário conceber diferenças entre administração pública e administração privada, por exemplo:

- (A) na administração pública não se exige desempenho dos funcionários, enquanto na administração privada é possível exigir cumprimento de metas e objetivos.
- (B) a administração pública tem como objetivo o bem-estar do governo, enquanto a administração privada tem como objetivo o bem-estar da coletividade.
- (C) a administração pública é financiada principalmente pela receita operacional, enquanto a administração privada é financiada principalmente pela receita tributária.
- (D) a administração pública somente pode admitir pessoal por concurso público, vedada a investidura exclusivamente em comissão, enquanto a administração privada pode admitir pessoal sem processo seletivo prévio.
- (E) a administração pública opera sob a regra geral da publicidade, enquanto a administração privada opera sob a regra geral do segredo de negócio.

3. (FCC - 2022)

Governança e governabilidade são conceitos

- (A) distintos, sendo que a governança preocupa-se com a sociedade e os seus níveis de poderes, que poderão reagir às suas ações.
- (B) distintos, sendo que a governabilidade se refere ao ambiente político em que se efetivam as ações do sistema de governança, que pode gerar legitimidade, credibilidade e imagem positiva.
- (C) distintos, porque a governabilidade garante a governança.
- (D) distintos, porque a governabilidade é a capacidade de governar por meio de apoio político e popular e a governança é quem garante esse relacionamento.
- (E) sinônimos.



1. (FCC - 2019)

Considerando os dispositivos constitucionais a respeito do Poder Legislativo,

- (A) o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, eleitos segundo o princípio majoritário.
- (B) cada unidade da Federação com representação no Senado Federal elegerá 3 Senadores, com mandato de 8 anos.
- (C) a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- (D) o número de representantes de cada unidade da Federação na Câmara dos Deputados será estabelecido de forma paritária, por meio de lei complementar, no ano anterior às eleições, a fim de garantir o equilíbrio da Federação.
- (E) cada Senador será eleito com 3 suplentes.

2. (FCC - 2022)

Segundo o que dispõe a Constituição Federal, é da competência exclusiva do Congresso Nacional:

- (A) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- (B) fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.
- (C) aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.
- (D) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- (E) avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

3. (FCC - 2022)

Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor, dentre outras, sobre as matérias referentes

- (A) à concessão de anistia; à fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas; e a escolha de dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União.
- (B) à concessão de anistia; à fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas; aos limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União.
- (C) à concessão de anistia; ao sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas; e convocar plebiscito.
- (D) aos limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União; ao sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas; e convocar plebiscito.
- (E) à concessão de anistia; convocar plebiscito; e a escolha de dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União.

**1. (2024)**

Analise o caso a seguir.

O Congresso Nacional editou Lei Ordinária X, consignando, em seu texto, que a norma passará a vigor na data de sua publicação, o que ocorreu em 1º de março de 2024. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, por sua vez, dispõe, logo em seu artigo 1º, acerca da aplicação da lei no tempo, a qual também deve ser levada em conta para se definir o termo inicial da vigência de qualquer diploma normativo.

Nesse caso, como será a produção dos efeitos dessa Lei Ordinária X?

- (A) A Lei X terá sua vigência ocorrendo imediatamente desde o dia 01/03/24.
- (B) A Lei X começará a produzir seus efeitos 45 dias após a data consignada no seu texto.
- (C) Correções de texto pelo Legislativo na Lei X não modificarão o termo inicial de vigência.
- (D) Eventuais alterações de redação da Lei X não influenciarão na data de sua vigência.

2. (2023)

Ninguém pode alegar desconhecimento de lei para justificar a sua inobservância. Neste sentido, compreender a vigência da lei no tempo e no espaço é fundamental.

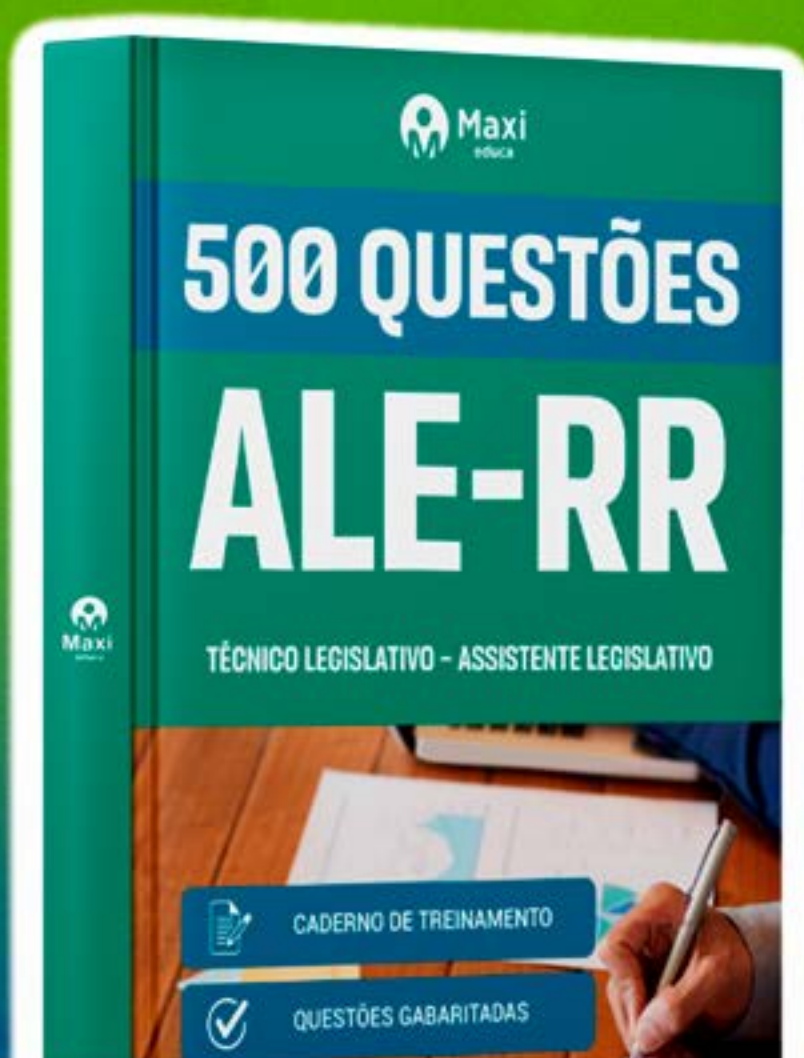
No que tange à vigência da lei, assinale a afirmativa correta.

- (A) O efeito conhecido por repristinação ocorre quando a lei posterior é incompatível com a lei anterior, ou quando a lei nova regule inteiramente a matéria que tratava a lei anterior.
- (B) A lei nova, com disposições gerais, revoga a lei anterior especial por um critério lógico temporal. A lei nova especial revoga a anterior com disposições gerais por um critério hierárquico de comando.
- (C) Havendo nova publicação de texto de lei antes desta entrar em vigor destinada à sua correção, a regra geral de início da vigência, salvo disposição em contrário de quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada, será contado da nova publicação.
- (D) Quando um texto de lei expressamente indica que a lei anterior deixa de valer e será integralmente substituída pela lei nova, este ato jurídico ganha o nome de “derrogação” e, por força legal, entra em vigor imediatamente a nova lei, não sendo possível manter, neste caso, a validade da lei anterior durante eventual *vacatio legis*.

3. (2023)

De acordo com o que estabelece a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e suas alterações posteriores:

- (A) a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada e, nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses depois de oficialmente publicada
- (B) a lei começa a vigorar em todo o país noventa dias depois de oficialmente publicada e, nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia dois meses depois de oficialmente publicada



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu **DESCONTO ESPECIAL!**

QUERO MINHA APROVAÇÃO!